

REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: mercantilização da política de educação

Reivan Marinho de Souza¹

RESUMO

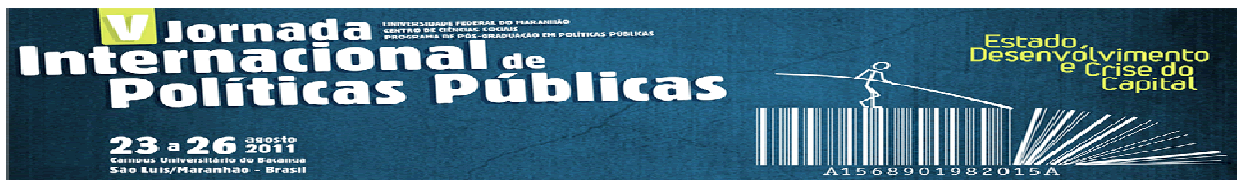
Este trabalho aborda a reforma universitária brasileira, considerando-a resultante da mercantilização da política de educação no contexto da crise capitalista contemporânea. É explicitada a crise capitalista e seu processo de reestruturação, as bases do reordenamento do Estado e da política de educação. Discute-se, fundamentalmente a reforma universitária, seus elementos e polêmicas. Entende-se que a educação é necessária para o desenvolvimento capitalista, pois serve para reproduzir a cultura burguesa dominante e a reforma universitária atual contribui para ampliar as formas de subordinação do trabalho e expandir o capital em segmentos estratégicos da economia, seguindo os preceitos dos organismos multilaterais.

Palavras-chave: reforma universitária, ensino superior, educação, mercantilização.

ABSTRACT

This paper approaches the Brazilian university reform, considering it as the result of the commodification of education policy in the context of contemporary capitalist crisis. The capitalist crisis and its restructuring process are elaborated as the background of the State reordering and the educational policy. It is argued, fundamentally, over the university reform, its elements and controversies. It is understood that education is needed for the capitalist development in order to reproduce the dominant

¹ Doutor. Universidade Federal de Alagoas. reivansouza@yahoo.com.br



bourgeois culture and the present university reform contributes to enlarge the forms of subordination of labor, as well as, to expand the capital in strategic segments of the economy, following the precepts of the multilateral organizations.

Key-words: university reform, higher education, education, commodification.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, aborda-se a reforma universitária brasileira atual, considerando-a resultante do processo de mercantilização da política de educação no ensino superior no contexto da crise capitalista contemporânea. É explicitada a crise capitalista e seu processo de reestruturação, as bases do reordenamento do Estado e da política de educação. Em particular, destaca-se a alteridade fundamental desta política que é favorecer a expansão do capital rentista privado no ensino superior, configurando os elementos que constituem a reforma universitária brasileira. Este estudo resulta de nossas reflexões como membro da Coordenação de Pós-graduação na Regional Nordeste da ABEPSS (2007-2008) e da Pesquisa de Auto-avaliação do Curso de Serviço Social da UFAL (2008-2010).

2. CRISE CAPITALISTA E SEU PROCESSO DE RESTRUTURAÇÃO

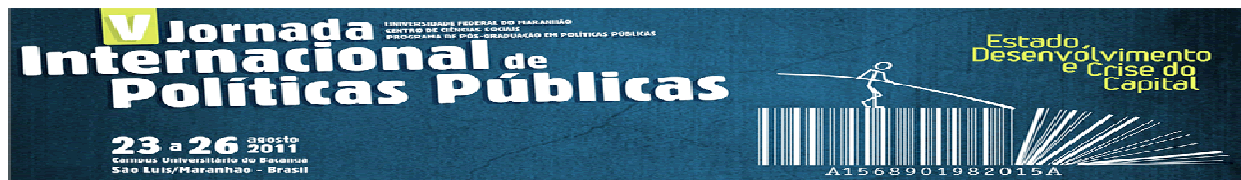
Compreender a particularidade da reforma universitária brasileira exige considerar as determinações socioeconômicas do capitalismo na contemporaneidade. Até os anos de 1970, os países centrais ou economias industrializadas vivenciaram um longo período de crescimento econômico considerado os “anos gloriosos” do capitalismo e por Mandel (1982) a segunda “longa onda expansiva” do capital, momento em que se identifica a expansão da acumulação, associando nesse mesmo processo, períodos longos de prosperidade intensos e períodos curtos e superficiais de crises de superprodução. Esse momento é marcado pelo domínio dos Estados Unidos sobre a política econômica mundial cujo padrão de acumulação, baseava-se no modelo fordista de organização produtiva e numa política de regulação econômica.



No entanto, na dinâmica do capitalismo dos anos de 1970 eclode uma crise estrutural que demarca o acirramento dos limites sociometabólicos da reprodução do capital (Meszáros,2002). Essa crise põe em questão o ciclo de reprodução capitalista, ou seja, sua capacidade de responder ao processo de valorização e acumulação capitalista. É o início de um período recessivo que se estende até os dias atuais, (Mandel,1982). É o momento em que se evidenciam baixas nas taxas de crescimento econômico, nos níveis de produtividade e nas formas de reprodução social. A crise não se apresenta de modo temporário, nem está centrada num aspecto ou conjunto de fatores. Seu longo tempo de duração e persistência demonstra sua dimensão generalizante, marcada pela retração da atividade econômica nos países centrais. A crise estrutural revela a agudização das contradições imanentes do capitalismo tardio. Essas contradições expressam a exaustão do padrão de acumulação monopolista em 1970 (recessão generalizada – produto da queda tendencial da taxa de lucro), o desgaste do *Welfare State*, bem como o esgotamento do padrão produtivo fordista.

Acrescente-se a tais considerações que é, portanto, imanente à dinâmica capitalista a convivência com tendências progressivas e recessivas, reveladoras do movimento ascendente e descendente de acumulação do capital no decorrer de seus ciclos econômicos. Esse movimento de oscilação é inevitável, pois constitui as leis internas do modo de produção capitalista. Não cabe aqui, aprofundar esse processo, mas destacar a existência desse movimento cíclico e contraditório na continuidade histórica da produção de mercadorias e da mais-valia.

Em resposta a crise estrutural ensaia-se um movimento de recomposição do capital para reordenar a produção, a acumulação quanto a reprodução social para o capital manter seu controle sobre a sociedade. Esse movimento de reestruturação do capital expressa o que Netto (1996) denomina de transformações societárias. O que seriam as transformações societárias? São alterações significativas no processo de reprodução material e social da humanidade. Economicamente expressam a transição da rigidez à flexibilidade, a hipertrofia das atividades financeiras (superacumulação, especulação desenfreada), a desregulamentação da economia e das relações de trabalho, a agudização do grau de competição intermonopolista para garantir os superlucros das corporações internacionais e a formação dos megabloco (União Européia, Nafta, APEC, MERCOSUL).



Em termos tecnológicos a reestruturação demonstra a substituição da eletromecânica pela eletrônica e pela crescente informatização do processo de automação. Com isso, modifica-se o processo de trabalho, os mecanismos de controle e a organização do trabalho, aumenta a composição orgânica do capital (amplia-se o investimento no desenvolvimento das forças produtivas e reduz a absorção de trabalho vivo) e cresce a força de trabalho excedente (superpopulação relativa).

No que se refere à organização e gestão do trabalho ensaiam-se modificações significativas com a implantação da produção flexível em substituição ao padrão fordista. Há prevalência de um modelo híbrido de produção nos países periféricos, diferentes dos países centrais. E as consequências mais visíveis e destrutivas para a força de trabalho são a introdução das novas modalidades de contratação, a convivência desigual entre o trabalho qualificado/ polivalente com o trabalho precário, a ampliação das formas de exploração da força de trabalho, o crescimento exponencial da mais-valia relativa, que convive com as formas da mais-valia absoluta e com o fenômeno do desemprego estrutural.

Quanto ao Estado ocorre um redimensionamento de seu caráter regulatório. Institui-se um Estado “mínimo” que diminui a função de controle do desenvolvimento econômico nacional, quando incrementa as desregulamentações econômicas e trabalhistas e a redução das coberturas sociais/ políticas sociais (direitos e benefícios sociais), fortalecendo sua subordinação aos organismos multilaterais financeiros (BID, BM, FMI) para seguir os preceitos neoliberais do Consenso de Washington nos anos de 1980.

3. REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Essas alterações na economia mundial controlada pelos países centrais orientam prioridades econômicas e sociais para os países periféricos como os investimentos e os ajustes da economia. Tais ajustes incidem tanto sobre a esfera da economia quanto no âmbito da cultura, da ideologia e das práticas das classes sociais.

Sabe-se que os organismos multilaterais, representados pelo FMI, Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio, definem diretrizes para serem seguidas pelos países periféricos. E os governos desses países são condicionados a concretizar uma série de reformas, dentre elas a reforma trabalhista, a reforma da



previdência, a reforma sindical, a reforma do ensino superior que atingem, sobretudo, os interesses e conquistas da classe trabalhadora, sua organização política e seu processo de reprodução material e social.

O conjunto de reformas neoliberais implementadas, no Brasil, desde o governo de Fernando Collor de Mello, ampliado no gov. de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e consolidado nos governos de Luis Inácio Lula da Silva, impõe de forma acelerada alterações em cada esfera das políticas sociais e públicas. O último governo de Lula trata de regulamentar o desmonte dos direitos sociais, públicos realizados por FHC e implementar políticas econômicas que desviam a riqueza socialmente produzida para o capital rentista. Conseguindo, desse modo, radicalizar a opção preferencial pela esfera privada no trato da questão social. Conforme Lima (2004, p.24), “Apesar do discurso hegemônico enfatizar a busca do ‘crescimento econômico com justiça social’ e a luta por um ‘mundo sem pobreza’, a realidade de vida e de trabalho nos países periféricos, e mesmo de camadas populacionais dos países centrais, está marcada pela pobreza, demonstrando o fracasso das políticas implementadas pelo capitalismo”.

Dentre as reformas citadas destaca-se a Reforma Universitária (RU) como uma das ações nefastas do Governo Lula, que atinge a formação e o exercício profissional. A Política de educação no ensino superior do Gov. Lula representa uma verdadeira contra-reforma da universidade pública, pois “agrava a condição capitalista dependente do país e aprofunda a heteronomia cultural vis-à-vis aos países centrais” (Leher, 2004, p.13). Isso explica porque a RU não é apenas “uma política de um ministério, mas uma política de governo que está inserida num projeto mais amplo de educação e de sociedade” (Lima, 2004, p.23). Essa reforma expressa um projeto de sociedade que tem como finalidade “manter a coesão social que garanta a “governabilidade” das classes dominantes e [aprofunde] o processo de privatização de setores estratégicos nos países periféricos (educação, ciência e tecnologia, telecomunicações, etc.), áreas de interesse do capital internacional na busca de novos campos de exploração lucrativa na divisão internacional do trabalho”.(Lima, 2004, p.28).

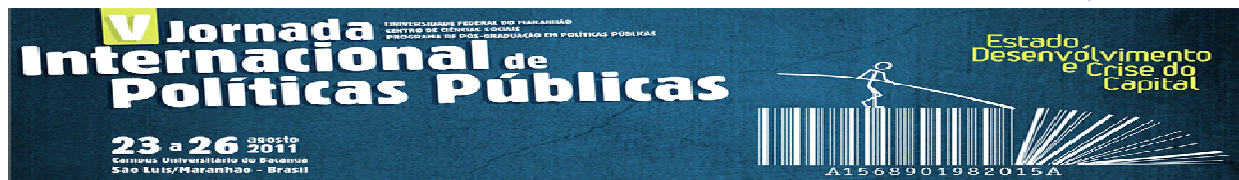
O ideário da Reforma Universitária brasileira, produzido num momento de democratização do país, consolida-se através da reorientação dos fundamentos que sustenta a crítica ao chamado modelo europeu de universidade realizado pelo BM e pelos teóricos da Escola de Chicago (Friedmann e Gary Backer), ideólogos do projeto neoliberal. Sendo então o Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior da USP o principal



centro difusor de tal pensamento no Brasil, o qual reúne professores e dirigentes universitários como Eunice Durham, Simon Schwartzman e José Goldemberg, entre outros. Isso comprova a afinidade entre os organismos internacionais e a política educacional brasileira, quando redimensiona essa política para operar a expansão da esfera privada em detrimento da pública. Confirma-se tal orientação quando se destaca que “[A] reforma não é somente de estrutura pública, é uma reforma da relação público-privada a partir do critério do interesse público” (Hashizume, 2004 apud Leher, 2004, p.20).

Assim, “O estabelecimento privado, que tem fins mercantis, e a universidade pública e gratuita passam a ser um único sistema e, *naturalmente*, ambas deverão possuir o mesmo direito de receber os recursos do Estado, desde que atendam ao sistema de avaliação e que tenham ‘compromisso social’.” (Leher, 2004, p.20). Cancela-se, com tais preceitos e iniciativas, as fronteiras existentes entre setor público e privado, prevalecendo o critério de acesso ao recurso público a partir da eficiência da produtividade acadêmica regida pelos sistemas de avaliação e dos diversos programas que demarquem a inclusão social – compromisso social da universidade.

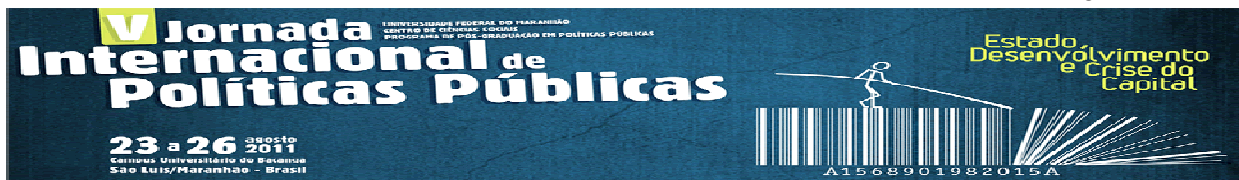
De modo estratégico a Reforma consegue envolver parcela significativa dos intelectuais, dos dirigentes das IEs e da dita “esquerda democrática” sob o suposto argumento de expansão do acesso de cidadãos ao ensino superior. Concretiza-se a RU nas propostas apresentadas pelo REUNI, pela Universidade Nova, pela Universidade Aberta do Brasil, pelo PROUNI, pelas Parcerias Público-Privadas, pelo Ensino a Distância, pelo SINAES/ ENADE, produzindo a aceitação das idéias e dos princípios governamentais. Amaral (2007, p.61) problematiza sobre os princípios da RU e destaca: “Quem é contra o acesso universal à educação? Quem é contra as novas tecnologias como resultado do desenvolvimento das forças produtivas para serem utilizadas a disposição dos processos educacionais? Quem é contra um amplo processo de qualificação da classe trabalhadora para prepará-la para o acesso ao mercado de trabalho?” Essas questões balizaram as lutas na educação nos anos 80, no entanto são redirecionadas pelo Estado para atender as demandas mercantis na área da educação. A RU tem uma direção, embora não seja evidente, pois, “não é prioridade ampliar vagas nas universidades públicas, na medida em que os recursos públicos têm sido orientados para pagar a dívida externa e para produzir o superávit primário. Há que se incluir no ensino superior 30% dos jovens entre 18 e 24 anos na universidade, qualquer que seja a localidade e a qualidade de ensino” (idem).



Os verdadeiros objetivos que explicam a inserção dos jovens no ensino superior são: “As iniciativas mercantis do empresariado da educação constituem mundialmente a terceira maior fonte de lucros, perdendo somente para a indústria bélica e para o livre comércio de trocas. Isso se comprova na expansão desenfreada das universidades privadas, em boa parte verdadeiras fábricas de diploma e com baixa qualidade de ensino”. (idem). Com isso, são reorientados os interesses gerais em função dos interesses particulares de uma classe.

Acrescente-se que, além de propiciar a expansão do capital privado, a inserção da classe trabalhadora no ensino superior reduz os conflitos sociais à medida que grande parcela de jovens dedicados à formação profissional está convencida de que terão garantidos o acesso ao emprego. O capital atinge duplamente sua finalidade expandir seus lucros e amenizar os conflitos de classe, passivizando a força de trabalho. Com essa estratégia o confronto entre classes antagônicas, determinado pela exploração do trabalho, parece desaparecer quando, ao contrário intensificam-se as formas de manipulação, de cooptação do capital sobre o trabalho.

As diretrizes e os princípios da reforma universitária são anunciados em junho de 2004, pelo Ministro da Educação Tarso Genro. “Com ênfase na política de cotas nas universidades federais; na criação de um ciclo de formação básica no ensino superior; na nova política de financiamento para o setor público e para o setor privado” (DINIZ, 2011, p.70) e no fortalecimento do Estado como órgão fiscalizador e regulador do ensino superior. Esta reforma universitária concretiza-se através de diversos programas. Um deles foi o Sistema de Avaliação do Ensino Superior SINAES/ ENADE cuja finalidade é regulamentar a avaliação das instituições, dos cursos graduação e do desempenho dos estudantes. A Lei de Inovação Tecnológica, que trata das parcerias público-privadas, propõe adequar as pesquisas das universidades aos interesses econômicos. A PPP “apóia-se no ideário de ‘universalização’ dos serviços [e/ou obras dos setores] públicos essenciais à população, em que poderão ser realizados serviços por instituições que não são estatais, mas que continuam sendo financiadas pelo Estado” (idem, p.74). O PROUNI é criado em 2004 e instituído em 2005, corresponde ao programa de concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais em universidades privadas para estudantes de baixa renda. Essas bolsas podem ser distribuídas da seguinte maneira “integrais reservadas a brasileiros que não tem curso superior completo, cuja renda per capita familiar não ultrapasse um salário-mínimo e meio; parciais de 50% ou de 25% são concedidas a brasileiros não-portadores de



diploma de curso superior, cuja renda per capita familiar não ultrapasse três salários-mínimos”. (idem). Por outro lado, o PROUNI significa a compra de vagas ociosas do setor privado de ensino pelo setor público. O REUNI, Programa de Reestruturação das Universidades Federais, aprovado em 2007 teve adesão de todas as IES Federais e foi implantado em 2009. Este programa reformula toda a estrutura das IES Federais, e tem como metas: ampliar as vagas na graduação, criar novos cursos e turnos de funcionamento, elevar a taxa de conclusão média dos cursos presenciais para 90% e aumentar a relação dos alunos de graduação por professor para uma média de 1 professor para 18 alunos. Como contrapartida o governo dota as IES Federais de recursos financeiros do PAC para ampliar a infraestrutura física (prédios, laboratórios, informatização, etc.) e a abertura de concursos para professor. A elevação da taxa média de conclusão na graduação implica praticamente a aprovação automática dos alunos. Entre outras diretrizes o programa prevê a redução das taxas de evasão, a ocupação das vagas ociosas e o aumento das vagas de ingresso, principalmente para o curso noturno. Prevê também a revisão da estrutura acadêmica com reorganização dos projetos pedagógicos e atualização das metodologias de ensino e aprendizagem. Também exige a ampliação da mobilidade estudantil com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos mediante aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes, instituições, cursos e programas de educação superior. A adesão das IES Federais aos propósitos do REUNI somente se concretizou através da elaboração e apresentação dos planos de reestruturação, que foram formulados pelas universidades no Brasil. A Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi instituída, em 2006, congrega um conjunto de universidades públicas que oferece curso superior à distância (EAD), ampliando vagas sem implicar gastos de recursos públicos. Ocorre com a RU uma suposta modernização da universidade pelos investimentos financeiros e programas realizados, no entanto, apenas fortalece a dimensão conservadora de universidade voltada para atender as demandas exclusivas do mercado em detrimento da produção do conhecimento voltada para atender as necessidades humanas.

4. CONCLUSÃO

A Reforma Universitária aparenta avanços na política de educação brasileira pelos programas que apresenta, no entanto expressa a mais ampla forma de padronização do ensino superior pela sua subordinação ao capital privado, atendendo aos preceitos



dos organismos multilaterais. Os idealizadores da RU, os intelectuais do capital, são os antigos defensores dos movimentos educacionais dos anos de 1980, que hoje aderem ao projeto burguês dominante. A possibilidade de socialização do conhecimento produzido socialmente através da democratização do acesso à educação é impossível, pois é impraticável a humanização do sistema capitalista. O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo promove o acirramento das desigualdades econômicas, afetando todas as esferas da vida social e um acesso desigual ao conhecimento. Assim, a educação é necessária para o desenvolvimento capitalista, pois serve para manter e disseminar os valores e a cultura burguesa dominante e a RU contribui para instrumentalizar os processos produtivos e possibilitar o crescimento de segmentos econômicos. Somente noutra sociedade emancipada do capital a educação/ o ensino superior poderá responder as necessidades humanas.

Referências

AMARAL, Angela S. do. "Conjuntura e Formação profissional". In: COSTA, Gilmaísa. M. e SOUZA, Reivan M (orgs.). *CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: 50 anos em Alagoas- educação, direitos e emancipação humana*. Maceió: EDUFAL, 2008, p.55-71.

DINIZ, Daiane C. *REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NOS ANOS DE 1990: mercantilização do ensino superior em tempos de crise do capital*. TCC, UFAL. 2011.

LEHER, Roberto. A (CONTRA-) REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA E O FIM DAS FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO (Prefácio). In: NEVES, Lúcia M.W.(org.) *REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004, p.13-22.

LIMA, Kátia R.de S. REFORMA DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: a submissão do Governo Lula às políticas dos organismos internacionais do capital. In: PAULA, Maria de Fátima (org.). *DEBATENDO A UNIVERSIDADE: subsídios para a Reforma Universitária*. Florianópolis: Insular, 2004, p.25-42.

_____. REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia M.W.(org.) *REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004, p.23-46.

MANDEL, Ernest. "Ondas longas' na história do capitalismo". In: *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Eduardo S.Matos, Regis de C. Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.75-102.

MÉSZÁROS, Istvan. "A produção da riqueza e a riqueza da produção" - Cap. 14. In: *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira



e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2002, p.605-629.

NETTO, José Paulo. “Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. In: *Serviço Social e Sociedade nº50*. São Paulo: Cortez, 1996, p.87-132.